

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº:	1001975-69.2015.8.26.0566
Classe - Assunto	Procedimento Ordinário - Seguro
Requerente:	Irineu Bueno Urba
Requerido:	Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

IRINEU BUENO URBA pediu a condenação da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, ao pagamento de indenização correspondente ao seguro DPVAT, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 18 de agosto de 2014.

Citada, a ré contestou o pedido, aduzindo a necessidade de apresentação de documentos pessoais legíveis, a ausência de documentos essenciais, inexistência de incapacidade funcional e o pagamento da indenização na esfera administrativa.

Houve réplica.

O processo foi saneado, repelindo-se as preliminares arguidas.

A ré opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados.

Determinou-se a realização de exame médico-pericial, vindo para os autos o respectivo laudo, sobrevindo manifestação das partes.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Alega o autor padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, atinente ao chamado Seguro DPVAT.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Já houve pagamento da indenização na via administrativa, no valor de R\$ 1.687,50.

Não se sustenta a pretensão do autor, reclamando quarenta salários mínimos com base na legislação alterada, sem vigor. Não se sustenta também a arguição de inconstitucionalidade da alteração legislativa, consoante tem afirmando a jurisprudência do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Registre-se que o Colendo Órgão Especial deste Tribunal, no julgamento da Arguição de Inconstitucionalidade nº 0285781-60.2010.8.26.0000, da relatoria do emérito desembargador OCTAVIO HELENE, rejeitou a alegação de inconstitucionalidade da Lei 11.482/07 e da MP 340/06:

"Incidente de Inconstitucionalidade, suscitado pela 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, onde vem sustentada a inconstitucionalidade da Lei nº 11.482/07, desde sua origem, ao fundamento segundo o qual a Medida Provisória que a originou (MP nº 340/06) não atendeu os pressupostos de relevância e urgência do art. 62, caput, da Constituição Federal - Arguição rejeitada - Vício de origem não ocorrente - "Os requisitos constitucionais legitimadores da edição de medidas provisórias, vertidos em conceitos jurídicos indeterminados de 'relevância e urgência' (art. 62 da CF), apenas em caráter excepcional se submetem ao crivo do Poder Judiciário, por força das regras da separação dos Poderes (art. 62 da CF)" - Relevância e urgência justificada pela necessidade da instituição de mecanismos que contribuam para elevação da concorrência entre os agentes econômicos - Indenização securitária incidente sobre as indenização de DPVAT." (j. 16/03/2011).

Destarte, uma vez já assentado o entendimento da constitucionalidade da Lei 11.482/07 e da MP 340/06 pelo Colendo Órgão Especial do E. TJSP, não há mais que se falar em declaração da inconstitucionalidade.

No tocante à Lei 11.945/09, foi editada nos mesmos moldes da Lei nº 11.482/07. Assim, também em relação à Lei 11.945/09, fica afastada a alegação de sua inconstitucionalidade, na esteira dos seguintes julgados:

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

"Seguro obrigatório. Acidente automobilístico. Cobrança de diferença de indenização. Incapacidade parcial e permanente. Amputação do membro inferior esquerdo. Ação julgada improcedente. Constitucionalidade das Leis nºs 11.482/07 e 11.945/09 (...)." (Apelação nº 0013256-24.2011.8.26.0196 Rel. Des. KIOITSI CHICUTA 32ª Câmara de Direito Privado j. 06/09/2012)

"SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - Pretensão de recebimento da diferença de indenização pela morte da vítima de acidente de trânsito ocorrido a 27.04.2009 julgada improcedente - Inconstitucionalidade das Leis nº 11.482/2007 e nº 11.945/2009 - Inocorrência - Teto da indenização fixado em R\$ 13.500,00 - Reconhecimento de que a indenização foi paga corretamente, não havendo direito a nenhuma diferença com base em salários mínimos - Recurso não provido." (Apelação nº 0028647-96.2010.8.26.0602 Rel. Des. SÁ DUARTE 33ª Câmara de Direito Privado j. 08/04/2013).

A indenização acaso devida decorre não apenas do sinistro, mas da existência de incapacidade funcional, o que induz a necessidade de avaliação pericial.

O laudo médico pericial concluiu que *"há nexos para o caso. Há incapacidade parcial e permanente para atividade habitual. A seqüela compromete o patrimônio físico do periciando em 6,25% (25% de limitação articular de ombro), segundo o artigo 3º da Lei 6.194/74, alterado pela Lei nº 11.945 de 04/06/2009"* (fls. 281).

Nada nos autos infirma tal conclusão.

Se o autor, na inicial, afirma certos fatos porque deles pretende determinada consequência de direito; esses são os fatos constitutivos que lhe incumbe provar sob pena de perder a demanda. A dúvida ou insuficiência de prova quanto a fato constitutivo milita contra o autor. O juiz julgará o pedido improcedente se o autor não provar suficientemente o fato constitutivo de seu direito (Vicente Greco Filho, Direito Processual Civil Brasileiro, Ed. Saraiva, 1989, 2º volume, página 183).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

O percentual incapacitante produz indenização de R\$ 843,75, utilizando a Tabela da SUSEP. Por outro lado, o autor foi indenizado administrativamente no valor de R\$ 1.687,50, quantia superior à devida na atualidade.


Não se justifica a indenização pelo valor máximo, inexistente a incapacidade total alegada, absolutamente incompatível com o laudo pericial. Aliás, o E. Superior Tribunal de Justiça tem entendimento sumulado de "*a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez*" (súmula 474).

Por fim, deixo de conceder a oportunidade para a ré se manifestar sobre o pedido de desistência da ação (fls. 293), pois, após superada toda fase instrutória, o feito comporta julgamento de mérito, o que evita eventual ajuizamento de nova ação pelos mesmos fatos aqui discutidos.

Diante do exposto, rejeito o pedido e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da contestante, arbitrados em 15% do valor da causa, corrigido monetariamente desde a data do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, fica suspensa, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 10 de março de 2016.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA